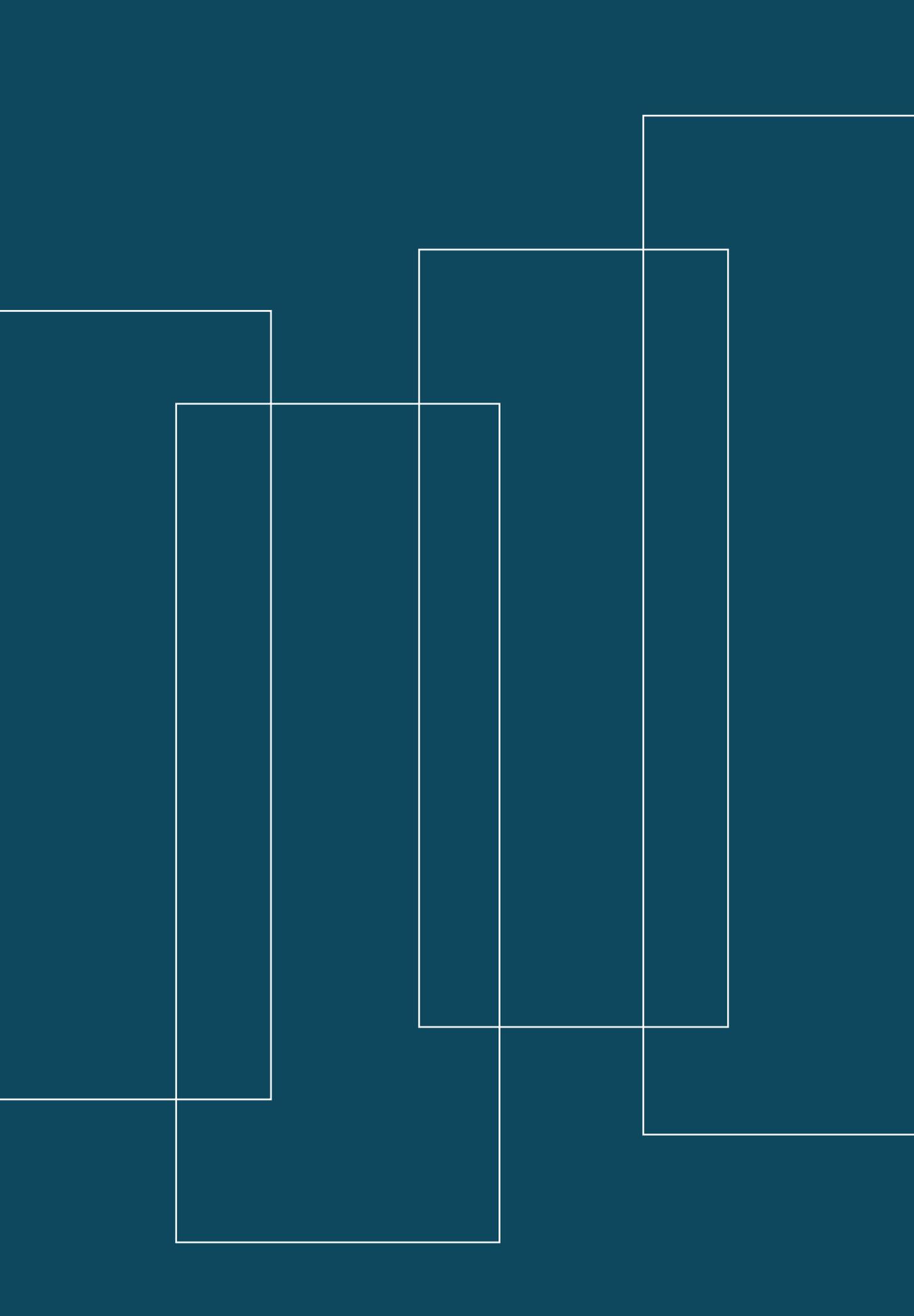




II Encontro Nacional sobre Licenciamentos na Construção

CBIC



II Encontro Nacional sobre Licenciamentos na Construção

apoio



correalização



realização



FICHA TÉCNICA

Presidente da CBIC:

José Carlos Martins - CBIC

Presidente da CII/CBIC:

Celso Luiz Petrucci – Economista chefe do Secovi-SP

Gerente de Negócios e projetos da CBIC:

Geórgia Grace Bernardes - CBIC

Gestão do Projeto e coordenação do evento:

Ludmila Pires Fernandes - CBIC

Elaboração do Report:

Karla Monteiro - Profissionais do Texto

Projeto gráfico e diagramação:

Gadioli Branding e Comunicação

II ENCONTRO NACIONAL SOBRE LICENCIAMENTOS NA CONSTRUÇÃO

Brasília-DF, maio de 2019

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC

SBN - Quadra 01 - Bloco I - Ed Armando Monteiro

Neto, 3º e 4º andar

CEP: 70040-913 | Telefone: (61) 3327-1013

Email: cii@cbic.org.br

www.cbic.org.br - www.facebook.com/cbicbrasil



A CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) foi fundada em 1957, no estado do Rio de Janeiro. Sediada em Brasília, reúne 90 sindicatos e associações patronais do setor da construção, das 27 unidades da Federação.

Entidade empresarial por adesão voluntária, a CBIC representa politicamente o setor e promove a integração da cadeia produtiva da construção, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País.

Dirigida por um Conselho de Administração eleito pelos associados, a CBIC atua por meio das suas comissões técnicas, quatro delas voltadas para as atividades-fim: Comissão de Infraestrutura (COINFRA); Comissão da Indústria Imobiliária (CII); Comissão de Habitação de Interesse Social (CHIS) e Comissão de Obras Industriais e Corporativas (COIC). Além destas, a CBIC possui ainda: Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT); Comissão de Materiais, Equipamentos, Serviços, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (COMAT); Comissão do Meio Ambiente (CMA); Comissão de Responsabilidade Social (CRS); e o Conselho Jurídico (CONJUR). A CBIC conta, ainda, com

outros órgãos técnicos: o Banco de Dados e o Fórum dos Seconcis.

A CBIC representa nacional e internacionalmente a indústria brasileira da construção. Também integra a Federação Interamericana da Indústria da Construção (FIIC), filiada à Confederação Internacional das Associações de Construção (CICA). A FIIC é a representante do setor da construção em toda a América Latina.

Visando a difusão de conhecimento técnico e de boas práticas no setor da construção, a CBIC realiza diversos eventos que contam com palestrantes especializados, numa ampla rede de relacionamento e oportunidade de aprendizado.

A CBIC é a entidade máxima representante do mercado imobiliário e da indústria da construção no Brasil e no exterior.

A CBIC REPRESENTA

90

ENTIDADES NAS

27

UNIDADES DA FEDERAÇÃO.

ISSO CORRESPONDE A MAIS DE

70 mil

EMPRESAS.

A CADEIA PRODUTIVA DO SETOR DA CONSTRUÇÃO REPRESENTA CERCA DE

7,3%

DO PIB BRASILEIRO.

É RESPONSÁVEL POR

52%

DO INVESTIMENTO EXECUTADO NO BRASIL

E EMPREGA CERCA DE

2 milhões

DE TRABALHADORES COM CARTEIRA ASSINADA.

INTRODUÇÃO

Debater o tema licenciamento de forma ampla, buscar melhorar os procedimentos regulatórios e administrativos para tornar as cidades mais empreendedoras impulsionando a economia em geral foi o objetivo do **II Encontro Nacional sobre Licenciamentos na Construção, promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção**

(CBIC). Realizado na quarta-feira (3/4), em Brasília, o evento, que incluiu uma série de palestras e apresentações de cases de sucesso, reuniu Secretários Municipais de Urbanismo de várias cidades brasileiras. O encontro foi realizado pela CBIC com o apoio da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) e correalização do SENAI Nacional.





ABERTURA



JOSÉ CARLOS MARTINS

Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção

O presidente da CBIC, José Carlos Martins, abriu o II Encontro Nacional sobre Licenciamento na Construção lembrando a primeira edição, realizada em Curitiba (PR), em 2014.

Segundo ele, a partir do evento ocorreram mudanças grandes em algumas cidades do Brasil. Martins afirmou que a intenção do encontro era promover a discussão de estratégias para dar mais agilidade ao processo de licenciamento. Ele citou que 12% do valor de venda do imóvel passa pelo excesso de burocracia e, por isso, a importância da discussão sobre o assunto.

“Nós achamos que a troca de informações neste processo é a ação mais eficiente. Este será o grande caminho para melhorar tudo isso. Quanto mais simples for o processo, mais seguro ele será. Quanto mais simplificado, menor o risco para o gestor público”.



ROBERTO CLÁUDIO

Prefeito de Fortaleza

O Prefeito de Fortaleza reconheceu a indústria da construção civil como uma das que mais gera emprego, receita a partir de IPTU, ITBI, ISS e, que, por essa razão, o diálogo sem preconceito, transparente e construtivo, entre empreendedores da construção civil e o poder público, se impõe e é necessário. Para Roberto, qualquer prefeito que queira estabelecer frente de desenvolvimento urbano ou fazer valer o plano urbanístico de longo prazo, dependerá fundamentalmente do capital de investimento da construção civil, do mercado imobiliário.

“O poder público sozinho não tem capacidade para promover o desenvolvimento urbano da cidade. Ele cria incentivos públicos, cria nova infraestrutura, mas basicamente é preciso que ele tenha condições, estabeleça regras claras e facilite para que o empreendedor possa transformar o desenho urbano das cidades”.

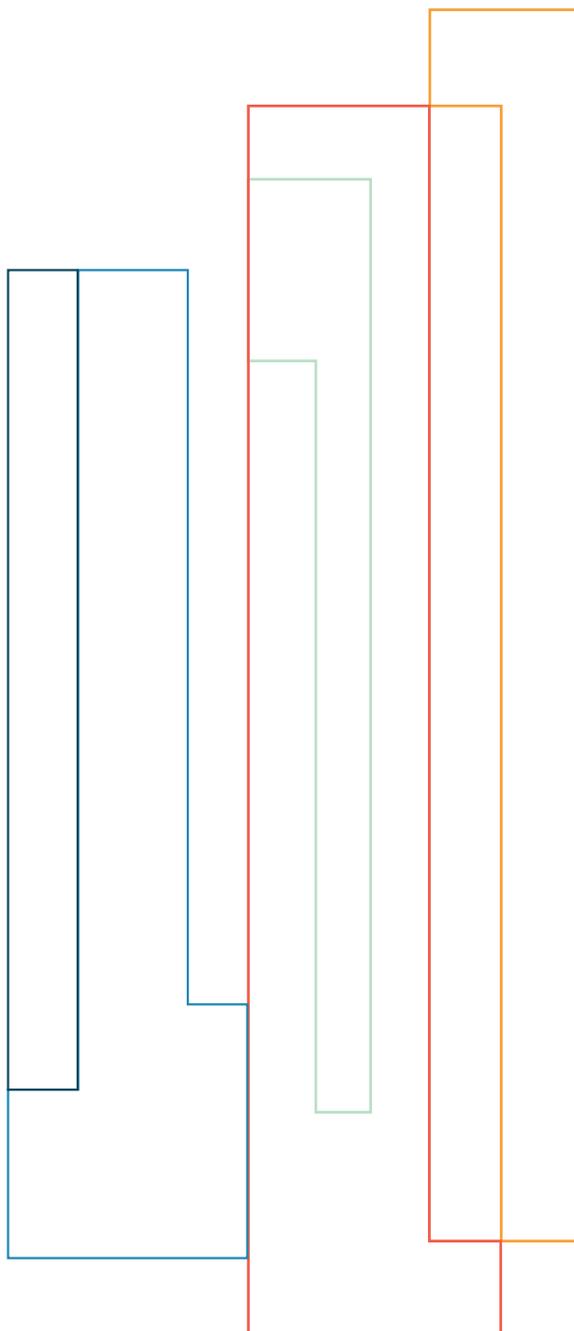


HENRIQUE MARRA DE SOUZA

Superintendente Nacional
da Caixa Econômica Federal (CAIXA)

A participação da Caixa Econômica Federal (CAIXA) no evento foi com intuito de contribuir. Afinal, 70% do mercado imobiliário passa pelo agente financeiro CAIXA, o que traz uma boa experiência. Henrique Marra agradeceu a CBIC por envolver a caixa no desenvolvimento do Setor e salientou que participar do encontro pode fazer com que a CAIXA promova melhorias nos processos nas 72 filiais de engenharia que tem em todo o país.

“A CAIXA está junto com vocês na busca de soluções inovadoras para a melhoria do crédito imobiliário brasileiro. O quadro da CAIXA conta com 2 mil engenheiros e arquitetos, 1 mil profissionais da área jurídica que estão sensíveis à situação e disponíveis no sentido de contribuição ao setor”.



SENAI

FNP FRETE NACIONAL DE PREFEITOS

II Encontro Nacional sobre Licenciamentos na Construção

FNP FRETE NACIONAL DE PREFEITOS





Painel 1

Panorama Nacional

MODERADOR DO PAINEL

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA PASSOS

Vice-Presidente de Habitação de Interesse Social da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CHIS/CBIC).

PALESTRA

O MERCADO IMOBILIÁRIO E O IMPACTO DO CUSTO DA BUROCRACIA NO IMÓVEL

PALESTRANTE

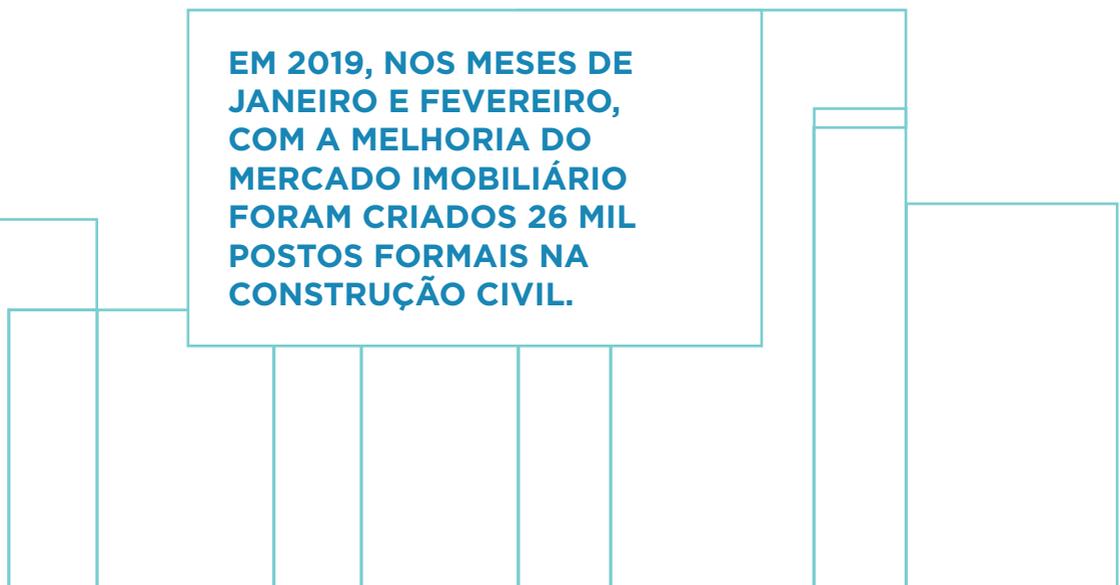
CELSO PETRUCCI

Vice-presidente da Indústria Imobiliária da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CII/CBIC)

Celso Petrucci, vice-presidente da Indústria Imobiliária da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CII/CBIC), iniciou sua fala apresentando dados sobre o licenciamento em São Paulo. Segundo Petrucci, o licenciamento, que demorava em média 201 dias na capital paulista, hoje já é aprovado em apenas 66 dias. Em sua apresentação, também foram exibidos dados para mostrar o impacto da crise no setor da construção, os números dos financiamentos imobiliários para pessoas jurídicas e a burocracia na incorporação imobiliária.

Para ele, o país passou pela pior crise nos últimos anos e a construção civil está pagando um preço muito caro com isso. “É o quinto ano consecutivo que a construção civil tem PIB negativo. Desde 2014 vem atravessando por esse período de crise e reflete na queda da geração de empregos. Em 2010, eram 3,6 milhões de empregos e hoje apenas 2 milhões de empregos”.

Em 2019, nos meses de janeiro e fevereiro, com a melhoria do mercado imobiliário foram criados 26 mil postos formais na construção civil. A grande maioria em construção de edifi-



**EM 2019, NOS MESES DE
JANEIRO E FEVEREIRO,
COM A MELHORIA DO
MERCADO IMOBILIÁRIO
FORAM CRIADOS 26 MIL
POSTOS FORMAIS NA
CONSTRUÇÃO CIVIL.**



O palestrante durante a sua explanação

cios e na preparações de terrenos, o que mostra que a indústria imobiliária vem reagindo.

FINANCIAMENTO

Petrucci afirmou que, em 2005, a CAIXA realizou um financiamento de R\$ 10 bilhões nominais com recursos da poupança e do SBPE, atingindo um financiamento de R\$ 150 bilhões nos anos de 2013/2014. Segundo ele, o crédito imobiliário caiu em 2014/2015 como reflexo da crise. Em 2016 e 2017 continuou caindo e no último ano (2018), apresentou um leve crescimento. “Quem mais sofre com isso são as empresas”, comentou Petrucci.

Para ele, o pior ano para o mercado imobiliário foi 2016. Já para o crédito imobiliário, foi 2017. “Apesar de termos vivido a pior crise, o crédito imobiliário do Brasil e o sistema financeiro de habitação servem de exemplo para o mundo”, contou Celso.

MERCADO IMOBILIÁRIO NACIONAL

Para Petrucci, no último trimestre do ano passado, ainda foi registrado 9% a menos

de lançamentos no país. Foram lançadas de 25 a 30 mil unidades por trimestre em todas as praças. O mercado do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) tem uma participação muito grande no mercado imobiliário. Estima-se que o mercado MCMV representa hoje, em todo Brasil, 75% do mercado imobiliário.

Celso informou que o mercado está vendendo mais do que está lançando, o que vai gerar um desequilíbrio na oferta e na procura. “Tivemos uma crise em 2016 e uma melhoria pequena em 2017/2018. O número de unidades em oferta vem caindo e isso ocasionará um aumento no preço das unidades”.

Segundo ele, em São Paulo, no ano de 2018, as unidades que não são do programa MCMV já tiveram o preço reajustado em 9,4%. “Os dados que temos do último trimestre, as unidades em oferta são o suficiente para abastecer o mercado por apenas 11 meses. A nossa expectativa é que tenhamos muitos lançamentos em 2019”, explicou Petrucci.

CICLO DA INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA

Celso Petrucci mostrou que a atividade imobiliária é de médio e longo prazo. Segundo ele, a incorporação engloba desde a hora que o empreendedor vai ver o terreno até ele receber a última parcela do último comprador. A média de tempo desse processo é de sete a oito anos.

O estudo “O Custo da Burocracia no Imóvel”, realizado pela Booz&Co, a pedido da CBIC, em 2014, analisou os gargalos burocráticos

que oneram e atrasam os empreendimentos imobiliários no País, impactando toda a sociedade brasileira. O resultado foi uma medição de quanto a burocracia influencia no preço final do imóvel. De acordo com o estudo, 12% do valor de venda do imóvel são reflexos da burocracia. Foram apontados três eixos de atuação que envolviam essas causas: nas questões de prefeitura, nos processos de cartório e na legislação. Segundo Celso, a CBIC vem atuando em todos esses eixos.

Principais Causas dos Gargalos na Cadeia Imobiliária

Processos de Licenciamento e Aprovações nas Prefeituras	Processos Cartorários	Legislação
<ul style="list-style-type: none">Falta de corpo técnico nos municípios (quantidade de pessoas e capacitação);Processos não estruturados entre os diversos órgãos, não existe monitoramento dos processos;Falta de incentivos para análise rápida de projetos;Insegurança de funcionários públicos por responderem judicialmente pela aprovação.	<ul style="list-style-type: none">Estruturas de cartórios não acompanham o crescimento de volume de projetos, gerando maiores prazos para a execução (falta de capacidade);Processos não informatizados;Cartórios tem o monopólio em suas regiões, sem incentivos para a eficácia e permitindo livre interpretação de leis, (ex: critério para exigência de documentos e cobrança).	<ul style="list-style-type: none">Leis não estão claras e dão margem a diferentes interpretações;Legislações desalinhadas entre esferas de Governo;Direitos adquiridos não são respeitados (ex: Direito de Protocolo);Desalinhamento entre prefeituras e MP (ex: aprovação de projetos com questões ambientais, de impacto na vizinhança ou no patrimônio histórico).



O QUE ESTÁ SENDO FEITO?

- Revisão da legislação;
- Harmonização da legislação e do código de obras;
- Busca do alinhamento de regras não escritas;
- Engajamento das prefeituras com as melhores práticas.

“É importante que as prefeituras entendam a importância e o protagonismo da indústria imobiliária e da construção em seus municípios”, afirmou Celso, concluindo sua apresentação.



PALESTRA

IMPACTO DA BUROCRACIA NO ATENDIMENTO À DEMANDA POR CRÉDITO IMOBILIÁRIO

PALESTRANTE

HENRIQUE MARRA DE SOUZA

Superintendente Nacional da Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Para Henrique Marra de Souza, Superintendente Nacional da Caixa Econômica Federal (CAIXA) todos os programas de sucesso do crédito imobiliário no País passam por essa questão de dialogar e debater as necessidades e os entraves existentes em cada um dos processos para a concessão do crédito imobiliário.

A atuação da CAIXA nos 158 anos de existência é ser mais do que um banco, ela possui uma área de habitação e uma área de

governo fortes que contribuem no desenvolvimento urbano, na gestão pública e na concessão do crédito habitacional no país. A empresa tem em seu quadro mais de 2 mil engenheiros e arquitetos que podem contribuir com informações importantes. Essa *expertise* precisa ser mais explorada para ajudar a desburocratizar, não só no crédito habitacional, mas na infraestrutura e na gestão pública.

A ATUAÇÃO DA CAIXA NOS 158 ANOS DE EXISTÊNCIA É SER MAIS DO QUE UM BANCO, ELA POSSUI UMA ÁREA DE HABITAÇÃO E UMA ÁREA DE GOVERNO FORTES QUE CONTRIBUEM NO DESENVOLVIMENTO URBANO.

Quanto maior o custo burocrático, maior será o valor do produto que está sendo produzido, atingindo diretamente a camada mais sensível da sociedade. Segundo Henrique Marra, “... dos cinco anos que um imóvel financiado pelo FGTS pode levar para sair do papel, ou seja, do projeto à entrega, dois anos são consumidos apenas pelos processos burocráticos...”. Por isso, na opinião do palestrante, é preciso avançar nesse processo burocrático para trazer *fundings*. Para ele, a CAIXA, como agente financeiro, precisa melhorar o processo e ter o registro eletrônico. “Automatizando, facilitará muito o aspecto de processos com uma aprovação de crédito mais rápida. Não

dá para depender do cliente para ele ir até uma agência assinar um contrato. É preciso um grande centralizador”, explica Henrique.

LICENCIAMENTO

Segundo ele, de todos os documentos exigidos pela CAIXA para um contrato, 94% são para atender a legislação/regulamentos de gestores do programa. Já melhorou um pouco. No passado, eram analisados cerca de 170 itens para aprovação de crédito. “Hoje são apenas 54 itens de análise, sem perder a qualidade. É importante revitalizar a cada momento”, comemorou o Superintendente.



Henrique Marra de Souza, Superintendente Nacional da Caixa Econômica Federal

94% das exigências contidas nos normativos internos da CAIXA são oriundas de legislações, regimentos de gestores de programas e determinações Órgãos de Controle;

Dos **6%** das exigências restantes, apenas **1%** são para **atendimento** pelo contratado, sendo as demais relativas ao fluxo operacional CAIXA.



Henrique comentou sobre o “Aprova Rápido”, em São Paulo – procedimento para agilizar a aprovação de projetos. Em sua opinião, é preciso evoluir para que cada município se comprometa a dar celeridade à aprovação desses processos, o que vai gerar benefícios à população.

“A expertise da CAIXA junto com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e a CBIC, e com o governo pode trazer um grande impacto para a próxima década. A CAIXA está trabalhando para superar esses desafios e acredita que são nos momentos de dificuldade que é preciso refletir quais são as melhores alternativas para esse novo momento, esse novo cenário”, concluiu Henrique.





PALESTRA POR UM BRASIL MAIS SIMPLES

PALESTRANTE

HELENA MARIA REGO

Analista da Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial do SEBRAE Nacional

Helena Maria Rego, Analista da Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento do SEBRAE Nacional, começou a sua apresentação falando sobre a criação da Redesimples ou Redesim - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios – sendo um projeto de integração de atores responsáveis pela abertura de empresas no Brasil.

Segundo a palestrante, as premissas que estão dentro desse trabalho da Redesim é similar aos anseios vividos pela construção civil para aprovação e licenciamento. Todas as dificuldades relatadas durante o evento,

como: a falta de padronização, exigências diferentes de técnico para técnico são reconhecidas. Hoje, a preocupação da Redesim é com os órgãos responsáveis pela abertura de empresas.

Helena chamou atenção para a importância dos pequenos negócios do país – 99% das empresas brasileiras são micro e pequenas empresas. Segundo ela, os pequenos negócios são responsáveis por 54% dos empregos formais. “Enquanto as grandes empresas demitem, as micro e pequenas empresas estão ainda contratando. Fator importante para o desenvolvimento e para manutenção

**ENQUANTO AS GRANDES
EMPRESAS DEMITEM,
AS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS ESTÃO AINDA
CONTRATANDO.**



Analista da Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial do SEBRAE Nacional durante o II Encontro Nacional sobre Licenciamentos na Construção

dos empregos que restam”. São 8 milhões de MEIs – Micro Empreendedores Individuais – atualmente no país, esclareceu a analista.

A Redesim é uma política pública nacional que prevê a integração e a simplificação dos órgãos de registro e legalização de pessoas jurídicas e empresários. De acordo com a palestrante, são aproximadamente 20 mil órgãos integrados em rede. “Dentro da capilaridade, temos um representante de políticas públicas em cada estado do Brasil nesse trabalho engajado em se envolver com os órgãos de licenciamento da importância da simplificação”.

COMO FUNCIONA?

As premissas da Redesim são: simplificar e integrar com transparência.

É um integrador nacional que é gerido pela Receita Federal do Brasil que se interliga com 27 integradores estaduais. Os 27 se interligam com os órgãos de estado e com os municípios daquele estado.

QUAIS SÃO OS OBJETIVOS?

Desburocratizar; transformar o processo de registro e licenciamento; e melhorar o ambiente de negócio, tornando-o mais adequado e propício para o empreendedor.

OBJETIVOS



O primeiro passo para que a Redesim aconteça é o mapeamento de processos. Segundo ela, não adianta continuar exigindo diversos documentos diferentes para abertura de empresa nos municípios. “Está na hora de mudar, fazer diferente e repensar os processos e ver se aquela exigência é devida. Para isso, é necessário a revisão da legislação,

integração dos processos e dos órgãos e automatização. Menos informações solicitadas ao empreendedor – uma vez que ele já informou em outro sistema”, comentou.

E concluiu: “A Redesim é um esforço grande com o envolvimento de muitos atores dentro desse trabalho de simplificação, harmonização”.



PALESTRA

A REINVENÇÃO DE PORTO VELHO: ANTES E DEPOIS DO FÓRUM EXECUTIVO SOBRE LICENCIAMENTOS DE CONSTRUÇÕES

PALESTRANTE

MARCELO THOMÉ DE ALMEIDA

Presidente da Agência de Desenvolvimento de Porto Velho (RO)

Marcelo Thomé Almeida, Presidente da Agência de Desenvolvimento de Porto Velho (RO), apresentou a palestra “A reinvenção de Porto Velho: antes e depois do Fórum Executivo sobre Licenciamentos de Construções”. Segundo ele, as premissas e os objetivos da Redesim (citado na palestra anterior à sua) nortearam todo o processo de reformulação da legislação de Porto Velho, em especial, em relação aos processos.

O palestrante lembrou que o cenário de Porto Velho sobre a questão do licenciamento, quando o Prefeito Hildon Chaves assumiu, era absolutamente “esquizofrênico” com su-

perposição de legislação, terceiro escalão da Prefeitura produzindo normas, portarias, instruções muitas vezes para se proteger de órgãos de controle em função da falta de uma legislação clara. “O cenário era uma legislação velha, atrasada, defasada, com superposição de legislações conflitantes, legislações acessórias produzidas por servidores que criavam rotinas que pioravam o processo”, explica. Segundo ele, com essa falta de estrutura, um alvará de construção demorava em média 18 meses para ser expedido. O primeiro passo para a mudança foi jogar a legislação fora. “Revogamos decreto, acabamos com portaria e instruções”, contou Marcelo.

O CENÁRIO ERA UMA LEGISLAÇÃO VELHA, ATRASADA, DEFASADA, COM SUPERPOSIÇÃO DE LEGISLAÇÕES CONFLITANTES, LEGISLAÇÕES ACESSÓRIAS PRODUZIDAS POR SERVIDORES QUE CRIAVAM ROTINAS QUE PIORAVAM O PROCESSO



Marcelo Thomé Almeida, Presidente da Agência de Desenvolvimento de Porto Velho

Após participar do 1º Encontro, foi percebido que era possível trazer para Porto Velho os principais cases que enfrentaram questões parecidas com que era vivido na cidade. A partir disso, foi realizado, em setembro de 2018, o Fórum Executivo sobre Licenciamentos de Construções, em Porto Velho, com o apoio da CBIC. Entre os *cases* inspiradores, estavam os exemplos vividos por Fortaleza (CE), Campinas (SP), Campo Grande (MS), Manaus (AM) e Cascavel (PR). “Foi possível identificar boas práticas que foram internalizadas no processo de Porto Velho. Foi essa troca de experiências que se transformou na base da legislação de Porto Velho e processos”, disse.

A partir daí, foi criado um Comitê de Desburocratização, que reuniu todas as secretarias que têm aderência ao processo de licenciamento e principalmente a coordenadoria municipal de tecnologia de informação. “O nosso objetivo ao final era construir os processos de forma clara, com uma legislação enxuta, para que criássemos um portal de licenciamento, seguindo o exemplo que outras cidades já tinham feito”, explicou.

QUAIS FORAM AS PREMISSAS?

- 1.** Reconhecer a importância do setor imobiliário para o município. O município não pode ser hostil à iniciativa privada. Ao contrário, precisa abrir as portas ao empreendedor – para aqueles que querem investir e trazer dinheiro para o município.
- 2.** Boa fé do contribuinte. Era preciso resgatar a boa fé do contribuinte. Se ele passar uma informação errada, ele sofrerá com a cobrança do Estado. Não é viável atrasar todos os processos acreditando que um indivíduo vai mentir.
- 3.** Processo simplificado de licenciamento, que é auto-declaratório. O cidadão entra no portal, insere todos os documentos solicitados.
- 4.** Alvará provisório de licenciamento. Foi criado com a mesma premissa da boa fé do cidadão. Abre a empresa e ele tem o alvará de licenciamento. Somente depois vai ser fiscalizado. É possível que entre 5 a 10 dias úteis um contribuinte possa abrir as portas do seu negócio.

RESULTADOS

Em 30 dias foi entregue uma nova legislação que transferia para os responsáveis técnicos toda a responsabilidade da informação prestada. “Quem precisa se responsabilizar pelo projeto e pela construção são os responsá-

veis técnicos que assinam, o construtor e o interessado. A prefeitura não tem qualquer responsabilidade sobre o projeto ou pela obra, exceto nas questões urbanísticas”, explicou Marcelo.



RESULTADOS:

Facilitação do trâmite de 90% das solicitações apresentadas ao Município

Maior agilidade nos licenciamentos da construção, promovendo o desenvolvimento com a geração de empregos e renda

Segundo ele, hoje a documentação apresentada é absolutamente reduzida - em especial para o processo simplificado. O que antes levava até 18 meses para licenciar, hoje entre 30 e 45 dias é finalizado. E processos de alta complexidade, entre 60 e 90 dias. “A meta é no máximo estar licenciando tudo em 30 dias – porque é possível”, contou o palestrante.

Na área ambiental, foram reduzidos os valores das taxas e houve um aumento na receita, comprovando que a burocracia aumenta a ilegalidade.

O portal, que entrará no ar em maio, permitirá que o contribuinte acesse as licenças de todas as secretarias do município de forma integrada.



PALESTRA

COMO FORTALEZA SE TORNOU REFERÊNCIA EM GESTÃO E ONDE BUSCAR RECURSOS PARA VIABILIZAR E IMPLEMENTAR AS MELHORIAS NECESSÁRIAS

PALESTRANTE

ROBERTO CLÁUDIO BEZERRA

Prefeito de Fortaleza (CE)

O Prefeito de Fortaleza (CE), Roberto Cláudio Bezerra, recordou, na abertura de sua palestra, uma carta que recebeu, em 2012, do Sinduscon-CE onde era proposta a criação de um novo cenário para a atividade de construção civil e imobiliária na cidade de Fortaleza. Era um ano em que a indústria da construção civil tinha grandes estímulos e mesmo assim havia uma estagnação de investimentos privados, adormecidos pelos

licenciamentos sem fim e os processos intermináveis de aprovação de projetos.

No mesmo documento havia também uma sugestão de revisar o plano diretor, atualizar legislações e normatizar e regulamentar leis que estavam abaixo do plano diretor, porque tinham contradições. A principal delas era a Lei de Ocupação do Solo (LUOS) com mais de 20 anos de existência – completamente contraditória ao plano diretor.

ERA UM ANO EM QUE A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL TINHA GRANDES ESTÍMULOS E MESMO ASSIM HAVIA UMA ESTAGNAÇÃO DE INVESTIMENTOS PRIVADOS, ADORMECIDOS PELOS LICENCIAMENTOS SEM FIM E OS PROCESSOS INTERMINÁVEIS DE APROVAÇÃO DE PROJETOS.



O Prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio Bezerra e os palestrantes do 1º painel

GESTÃO ROBERTO CLÁUDIO BEZERRA

A tarefa da gestão era olhar para tudo, inclusive para o desenvolvimento. Primeiro foi feito um diagnóstico para redesenhar a estrutura administrativa e fazer um plano de longo prazo – tornando mais eficiente, mais racional a estrutura municipal. E assim foi feito o primeiro plano mestre da cidade de Fortaleza. “Mais do que o plano diretor. É o plano mestre, para ter uma visão urbanística, de visão econômica e social para a cidade até 2040”, explicou o Prefeito.

Dentro desse processo, foi criada uma portaria que unificou todos os processos de licenciamento do município – tanto controle urbanístico, como controle ambiental – passaram a estar concentrados em um só órgão – na Secretaria de Urbanismo e Meio

Ambiente. “Só uma não está no escopo desta portaria que é o Relatório de Impacto de Trânsito (RIT) que, por definição legal, deve estar no órgão de mobilidade”, comentou.

Era preciso desburocratizar e criar uma relação simples, transparente, mais rápida, econômica para o empreendedor e para os cofres municipais.

LANÇAMENTO DO FORTALEZA ONLINE

Antes de criar a solução tecnológica, era preciso mudar a legislação, o marco regulatório. “Demos fé pública ao empreendedor. Acreditamos que a grande maioria dos cidadãos de Fortaleza e do Brasil querem fazer as coisas corretas. E, muitas vezes, o excesso burocrático cria a ambiência e as oportunidades para que essa confiança seja quebrada”, conta o Prefeito. O cidadão passa a fazer

o *upload* de todos os seus documentos e sai com a sua licença de imediato.

Segundo ele, a tarefa hoje é ter uma grande e eficiente estrutura de fiscalização. Criou-se uma agência de fiscalização, bem equipada com pessoas e tecnologia, que trabalha de forma integrada e fiscaliza de forma aleatória e dirigida. “Isso inclui o cidadão, garante a agilidade, estabelece uma relação de credibilidade, confiança e correlação, e ao mesmo tempo de transparência – aberto a qualquer cidadão”, comentou.

O Prefeito afirmou que estão disponíveis no Fortaleza Online 34 serviços. Mas, a meta é universalizar todos os serviços até 2020. Hoje, o sistema já emite 15 licenças de forma gratuita e imediata - 90% de todos os licenciamentos da cidade já acontecem de forma

online. Em Fortaleza, a emissão de alvará e licença leva em torno de 30 minutos, mediante o pagamento da compensação bancária.

O novo decreto modificou as exigências documentais mesmo nos processos online para alguns processos administrativos e regulatórios necessários ao processo empresarial. Um deles foi o alvará de funcionamento com redução de 20 para nove documentos exigidos. Uma redução média de 50% do que era demandado pelo município.

“Uma cidade se faz com um poder público eficiente e visionário, mas se faz também em parceria afinada com a iniciativa privada que ama a sua cidade, que tem a responsabilidade social e ambiental”, comentou o palestrante.

“A simplificação leva à formalização” enfatizou.

Fortaleza Online

34 serviços disponíveis ao cidadão (100% até 2020)

15 tipos de licenças emitidas de forma gratuita e imediata

90% dos licenciamentos são **online**

novos negócios prospectados em 2018

30 minutos

Novo tempo de emissão de alvarás e licenças mediante compensação bancária

Consultas

antes
80 consultas/semestre

agora
384 consultas/dias

Instrumento de Planejamento e Controle Urbano-Ambiental







Painel 2

Experiências Exitosas

MODERADOR DO PAINEL

CELSO PETRUCCI

Vice-presidente da Indústria Imobiliária
da Câmara Brasileira da Indústria da
Construção (CII/CBIC)

PALESTRA BRASÍLIA, AGILIDADE COM RESPONSABILIDADE

PALESTRANTE

MATEUS OLIVEIRA

Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

Mateus Oliveira, Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal Apresentou a palestra “Brasília, agilidade com responsabilidade” e explanou sobre o seu trabalho nos primeiros meses de atuação no governo.

DIAGNÓSTICO

A primeira medida foi pensar que a secretaria precisava ter um atendimento de excelência, que para o palestrante era uma das questões que mais incomodava. “Todos eram recebidos com muito descaso com um atendimento descomprometido”, lembrou Mateus.

Em seguida, Mateus percebeu a necessidade de uma postura de solução e celeridade.

A terceira medida foi promover a eficiência processual e a segurança jurídica. Segundo ele, o processo precisa andar para frente. “Muitos processos de aprovação de projetos diversas vezes voltavam por conta de uma exigência muito simples que poderia ter sido exigida inicialmente”.

A quarta ação foi agilizar o licenciamento. Segundo ele, a Coordenação de Urbanismo (COURB), responsável pela aprovação de todos os parcelamentos de solo e regulamentação fundiária do DF (mais de 30 regiões

A PRIMEIRA MEDIDA FOI PENSAR QUE A SECRETARIA PRECISAVA TER UM ATENDIMENTO DE EXCELÊNCIA, QUE PARA O PALESTRANTE ERA UMA DAS QUESTÕES QUE MAIS INCOMODAVA.



Mateus Oliveira, Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

administrativas) contava com seis técnicos para aprovar todos os loteamentos e todos os mais de 300 processos de regulamentação fundiária. “Apresentava uma capacidade de análise bastante ruim, bastante comprometida”, analisou.

MEDIDAS EMERGENCIAIS

Em sua apresentação o secretário destacou algumas medidas emergenciais para dar celeridade à aprovação de projetos:

- Criação da SUPAR – Subsecretaria de Parcelamento do Solo e Regularização Fundiária – específica para cuidar desse tema – com corpo técnico maior e uma estrutura administrativa e jurídica;
- Portal da Transparência – em fase final de formatação, disponibilizando informações sobre o andamento dos processos a fim de que os moradores possam ter conhecimento de cada projeto e de cada situação;
- CAP (Central de Aprovação de Projetos) - Nos últimos anos, as Administrações Regionais estavam levando até dois anos para aprovar o projeto de uma

única casa. Foi feita então, uma reestruturação da CAP com o aumento do corpo técnico, administrativo, criando uma força tarefa para aprovação de projetos de grande porte, especificamente, por meio de determinação do governador Ibaneis Rocha, criação de postos avançados da CAP em 10 macro-regiões para que a população não se sentisse distante do atendimento na questão da aprovação de projetos.

- Desburocratizar o processo de aprovação de residência unifamiliar – com uma aprovação mais rápida e pensando em uma responsabilidade técnica do arquiteto, do engenheiro e do próprio proprietário do imóvel – o texto está sendo concluído para aprovação na Câmara Legislativa do DF. Para reduzir a burocracia, o texto prevê a aprovação unificada simplificada de habitações unifamiliares de até 1000 m² em até sete dias. (apresentação de um projeto de arquitetura, com um *check-list* de documentos para expedição de alvarás, assinatura de responsabilidade de cumprimentos e normas).

- Foi adotada uma linha para os primeiros estágios: uma vez expedido o alvará de construção a equipe da CAP fará uma análise de conformidade depois. Se houver a verificação de alguma desconformidade, no momento seguinte, será notificado o proprietário com o responsável técnico para sanar aquela irregularidade sob pena da cassação do alvará de construção.

RESULTADOS

Em 90 dias mais de 200 projetos de empreendimentos imobiliários foram aprovados, representando mais de 1 milhão de m², segundo o secretário.

SEDUHDF

RESULTADOS EM 90 DIAS

- **CAP aprovou 200 projetos de empreendimentos imobiliários, mais de 1 milhão de m²**
- **SUPAR criada e em funcionamento – com o Portal da Transparência em fase final de formatação**
- **Projeto de Lei pronto para audiência pública e envio à Câmara Legislativa do DF**

Secretaria de Desenvolvimento
Urbano e Habitação





PALESTRA PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO NO SETOR IMOBILIÁRIO

PALESTRANTE

WILTON CATELANI

Coordenador Geral de Economia Digital e Produtividade Industrial do Ministério da Economia e Consultor Estratégico BIM da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Para Wilton Catelani, Consultor Estratégico BIM da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o Governo e a indústria da construção precisam caminhar juntos, de forma colaborativa. Precisam estar em busca do máximo possível, com o mínimo necessário.

Segundo ele, a tecnologia está mudando, tudo está ficando melhor e muito mais rápido e a pergunta é: como fazer melhor? Como produzir mais com menos? A resposta é: precisa fazer a transformação digital da nossa indústria.

Como inovar? Na construção civil inovação é sinônimo de BIM. Não é só *software*, o processo BIM precisa de políticas. É um grande banco de dados.

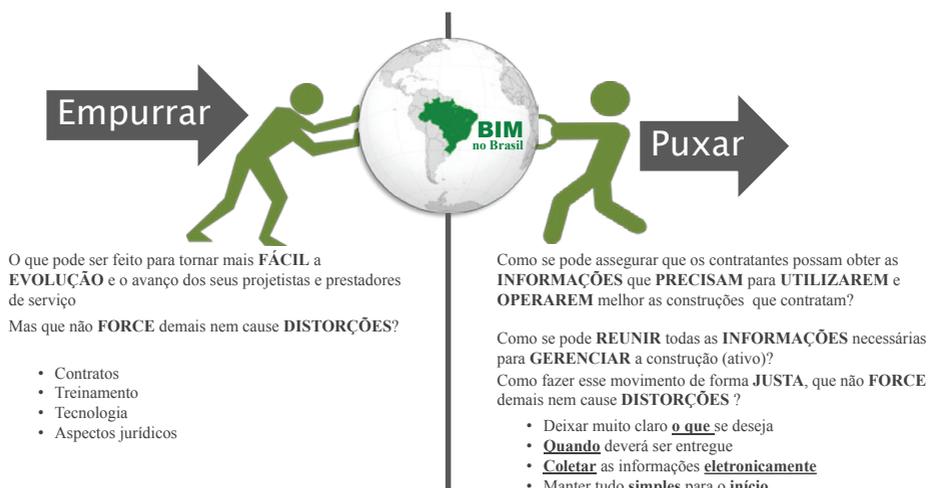
Foi feito um estímulo à adoção BIM no Brasil. O “Puxa e empurra” – puxar (vai exigir BIM) e empurrar (remover as barreiras, gerar as referências técnicas para que tenha a tranquilidade).

**SEGUNDO ELE, A TECNOLOGIA
ESTÁ MUDANDO, TUDO ESTÁ
FICANDO MELHOR E MUITO
MAIS RÁPIDO E A PERGUNTA É:
COMO FAZER MELHOR?**



Wilton Catelani, Coordenador Geral de Economia Digital e Produtividade Industrial do Ministério da Economia

ESTRATÉGIA PUXAR-e-EMPURRAR:



INDÚSTRIA 4.0

Para Catelani, existem protótipos que já estão sendo aplicados a canteiros de obras, com o uso de sensores, como a automação de processos de análises de projetos que já estão sendo executados em vários lugares do mundo. *Drivers* da indústria 4.0 e vários outros estão sendo aplicados à Construção Civil e ao uso de BIM.

O governo está trabalhando para criar um portal único para concessão de alvarás de construção. “Os computadores farão o trabalho que hoje só as pessoas fazem”, explica o palestrante. É necessário passar para o computador o que fazer. O principal desafio no País é padronizar, uniformizar, parar de inventar a roda. “O Governo vai atuar nesse sentido”, informou.

PALESTRA

CASCAVEL, NOVO MODELO DE GESTÃO E O COMITÊ DE DESBUROCRATIZAÇÃO

PALESTRANTE

RONALD DRABIK

Coordenador do Comitê de desburocratização

Ronald Drabik, Coordenador do Comitê de Desburocratização, ministrou palestra sobre Cascavel (PR). Contou que foi criado dentro do Sinduscon-Oeste um Comitê de Desburocratização com a participação da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, que congrega 54 municípios, CREA, CAU e Associação de Arquitetos e Engenheiros. O Comitê não pensa apenas na aprovação dos projetos, mas em todas as licenças (bombeiro, eletricidade...), secretaria de meio ambiente, registro em cartório, entre outras.

O Comitê foi criado baseado no custo da burocracia que aumenta em até 12% o valor do imóvel para o proprietário, atraso na aprovação de projetos, falta de padronização nos cartórios, falta de clareza, mudança da legislação e alteração do Plano Diretor. No comitê são debatidos Planos Diretores, fiscalizações municipais, BIM, loteamento, processo de aprovação e legislação.

GEOPORTAL CASCAVEL

No avançado sistema de mapeamento é possível obter informações dos lotes - rios,

nascentes, zoneamento, área de preservação, mapa das estradas rurais, rede de água, rede de esgoto, drenagem urbana, postea-mento de energia, arborização.

Segundo ele, 20% da cidade já tem cadastro no GeoPortal Cascavel. É possível a consulta de edificação, parcelamento de solo, tipo de serviço que poderá ser implantado. Após o lançamento do portal, os atendimentos no balcão reduziram mais de 50% e as consultas no site aumentaram 610%.

APROVA DIGITAL

Com o Aprova Digital, a aprovação de projetos (protocolo, análise e aprovação) está duas vezes mais eficiente, três vezes mais rápida e mais econômica - com aproximadamente R\$ 200,00 por alvará emitido. É um *case* nacional como o primeiro alvará 100% digital. "Para isso, tivemos que alterar a lei do código de obras uma vez que a Secretaria de Finanças não estava cobrando porque o Aprova Digital não era legal", comenta Ronald. "O Brasil precisa ser mais simples, com menos burocracia, e sabemos que a tecnologia pode fazer a diferença", concluiu.



Ronald Drabik, Coordenador do Comitê de desburocratização

COMO FUNCIONA

Cadastre processos sem sair de casa. Redução de filas e deslocamento até a prefeitura, bem como de tempo entre análises até aprovação.



Protocolo

Engenheiro ou Arquiteto protocola online de seu escritório sem se deslocar à Prefeitura.



Análise

A Prefeitura recebe o processo, analisa, encaminha, faz observações, aprova ou retorna ao solicitante digital, sem papel.



Aprovação

Aprovado, o sistema emite assina digitalmente o Alvará e os Projetos e o solicitante pode imprimir quantas vias quiser.

[Prefeiturasm.net](https://www.prefeiturasm.net)



PALESTRA JOINVILLE, REFERÊNCIA EM CIDADE EMPREENDEDORA

PALESTRANTE
DANILO CONTI

Secretário de Planejamento Urbano e Desenvolvimento
Sustentável de Joinville (SC)

“Joinville uma cidade criativa, inteligente e humana”. Foi com essa frase que o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Joinville (SC), Danilo Conti, abriu sua apresentação.

O futuro para Joinville não é tão promissor quanto foi o passado e é o presente, então são percebidas duas grandes tendências que têm influenciado o pensamento dos gestores públicos. A primeira delas: aumento populacional urbano exponencial dentro de Joinville. Segundo ele, estima-se que a

população da cidade dobre em 20, 30 anos, chegando a 1,5 milhão de pessoas.

Segunda tendência: criação de uma sociedade hiperconectada. A tecnologia está se acalmando e se transformando em um pano de fundo da vida das pessoas. Na medida em que a internet invade as coisas, isso vai se tornando cada vez mais realidade. Há 30 anos tínhamos apenas 1 mil dispositivos conectados na internet, hoje já somam 13 bilhões. Isso representa apenas 1% de tudo que é possível. “E o uso da tecnologia nas

O FUTURO PARA JOINVILLE NÃO É TÃO PROMISSOR QUANTO FOI O PASSADO E É O PRESENTE, ENTÃO SÃO PERCEBIDAS DUAS GRANDES TENDÊNCIAS QUE TÊM INFLUENCIADO O PENSAMENTO DOS GESTORES PÚBLICOS.



Danilo Conti, Secretário de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável de Joinville, Santa Catarina

“... cidades, pode ser uma oportunidade para as pessoas viverem melhor”, alertou Danilo.

Segundo Danilo, o que está sendo estudado é o ponto de convergência entre o aumento populacional urbano e a inserção da inovação tecnológica dentro das cidades. “A inovação só vale a pena se as pessoas forem viver melhor”.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

- 1** - Estabelecer como foco um modelo de governança;
- 2** - Fazer um diagnóstico claro do momento que estamos vivendo;
- 3** - Ter um modelo de gestão que propicie essa mudança;
- 4** - Fazer alinhamentos estratégicos que deem condições da cidade crescer de maneira acelerada.

PILARES ESTABELECIDOS:

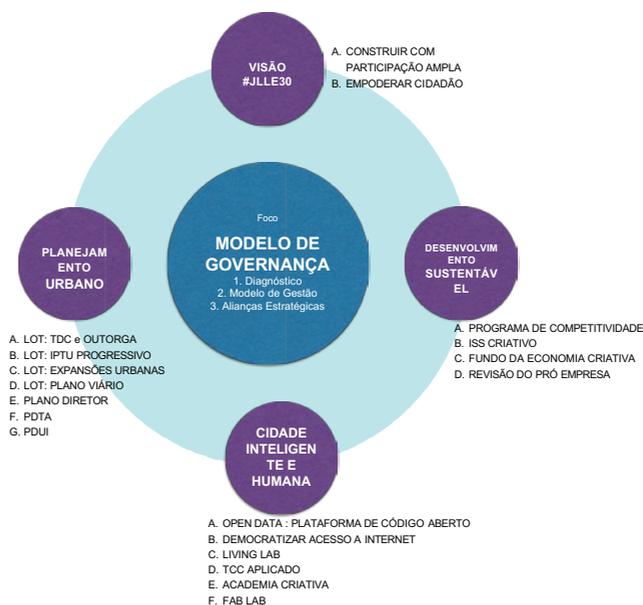
- 1** - Visão de futuro - construída de maneira ampla e participativa – por meio de um concurso que envolveu 25 mil pessoas. Os participantes disseram como eles queriam que a cidade fosse, em especial as crianças;
- 2** - Desenvolvimento sustentável – construção de um programa de conectividade para estimular uma economia voltada à produção intelectual;
- 3** - Cidade inteligente humana – uma série de plataformas que viabilizem isso;
- 4** - Rever todas as políticas de planejamento urbano.

Para fomentar essa nova cadeia produtiva, essa nova cidade empreendedora, é preciso migrar de uma cidade metal mecânica para uma cidade econômica voltada para cinco setores do futuro.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

PROPÓSITO:

CONSTRUIR UM EXEMPLO DE CIDADE DO FUTURO POR MEIO DO EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, CONTRIBUINDO PARA TRANSFORMAR SANTA CATARINA NA STARTUP DO BRASIL.



PROGRAMA JOIN.VALLE

A intenção é construir um exemplo de cidade do futuro por meio desse empreendedorismo de inovação para contribuir e transformar Santa Catarina na *startup* do Brasil. O projeto, segundo Conti, reúne um conselho de pessoas que conhecem tecnologia e urbanismo, que aconselham e eliminam os *gaps* que a cidade tem para que esse ecossistema possa se consolidar.

Para isso tudo acontecer, foi necessário a criação de um espaço físico. “Foi então estimulado um condomínio industrial que temos em Joinville, um ambiente de 6 mil m² com tudo que o ecossistema precisa para que o empreendedorismo possa prosperar”.

Joinville é, sem dúvida nenhuma, um potencial para ser o *case de smart city* da América Latina, nos próximos 20 anos”, concluiu Danilo.



PALESTRA FORTALEZA, REFERÊNCIA EM GESTÃO URBANA

PALESTRANTE
ÁGUEDA MUNIZ

Secretária Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza (CE)

Águeda Muniz, Secretária Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza (CE), encerrou o encontro ministrando a palestra “Fortaleza, referência em gestão urbana”. Para ela, o custo da burocracia gera a ilegalidade e a informalidade. É ruim para o empreendedor e pior para a cidade e para o cidadão.

Segundo ela, a criação do Fortaleza Online se propõe a desburocratizar, a partir do momento que ele gera justiça social. Ele iguala todo mundo. Os grandes e os pequenos construtores têm acesso ao mesmo sistema e com as mesmas possibilidades.

PREMISSA BÁSICA

O licenciamento é informativo – não existe análise de projeto. Existem critérios parametrizados – são 15 critérios. Segundo Águeda Muniz, o que existe é um sistema que foi todo parametrizado com a legislação municipal (com cadastro unificado). Interligado com a Secretaria de Finanças. É o contribuinte que fala com o Fortaleza Online. Gera um documento que é de responsabilidade entre a prefeitura, projetistas e proprietário – gerando um QRcode.

**A CRIAÇÃO DO FORTALEZA ONLINE
SE PROPÕE A DESBUROCRATIZAR,
A PARTIR DO MOMENTO QUE ELE
GERA JUSTIÇA SOCIAL.**



Águeda Muniz durante a sua apresentação ao lado do presidente da Comissão da Indústria Imobiliária da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CII/CBIC), Celso Petrucci

HISTÓRICO DE LOTES - CADASTRO DE PLANEJAMEN- TO E FISCALIZAÇÃO

Surgiu em 2013 com a demanda do mercado imobiliário que alertou sobre o grande número de projetos pendentes de análise na Secretaria. Segundo ela, tudo começou com procedimentos, com rotina e com disciplina e foi muito difícil no início.

Foi analisado como era o processo no papel. Antes eram 180 dias em média para 51 dias de análise. Em três meses foi possível zerar o estoque de processos. “Hoje alcançamos o prazo de 30 minutos para aqueles

documentos que são pagos”, comemora a Secretária.

Hoje são 34 serviços prestados ao cidadão. Antes todos demoravam, em média, 120 dias úteis. Agora passaram a ser imediatos, em 30 minutos. “O foco é o cidadão. O Fortaleza Online é feito internamente, pelos técnicos da Secretaria – requisitos necessários para montar e melhorar o sistema”, explicou Águeda.

34 SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS AO CIDADÃO

	SERVIÇOS FORTALEZA ONLINE	TEMPO DE EMISSÃO		LANÇAMENTO	RESULTADOS (31-MAR-2019)
		ANTES	ONLINE		
01	Consulta de Adequabilidade Locacional (Atividades e Construção Civil)	120 dias úteis	Imediata	07-jul-2015	376.287
02	Aprovação de Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRS)	60 dias úteis	30 min	15-out-2015	16.129
03	Isenção de Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRS)	30 dias úteis	Imediata	29-mar-2016	47.937
04	Isenção de Licença Ambiental para Atividades de Baixo Risco	60 dias úteis	Imediata	04-jan-2016	10.557
05	Alvará de Construção Online	30 a 60 dias úteis	30 min	04-jan-2016	985
06	Licença Sanitária para Atividades de Baixo Risco	120 dias úteis	30 min	20-abr-2016	21.476
07	Alvará de Funcionamento para Atividades de Baixo Risco	120 dias úteis	30 min	20-mai-2016	17.155
08	Certificado de Inspeção Predial (CIP)	35 dias úteis	30 min	20-mai-2016	963
09	Isenção do Certificado de Inspeção Predial (CIP)	30 dias úteis	Imediata	20-mai-2016	72
10	Isenção de Licença Ambiental para a Construção Civil	30 dias úteis	Imediata	20-mai-2016	1.151
11	Licença Ambiental Simplificada para a Construção Civil – LAS Construção	30 dias úteis	30 min	10-jan-2017	35
12	Licença ambiental simplificada para atividades – LAS Atividades	20 dias úteis	30 min	20-dez-2017	65
13	Licença para Instalação Urbanístico-Ambiental - LIUA	41 dias úteis	30 min	20-dez-2017	6
14	Isenção da LIUA	10 dias úteis	Imediata	20-dez-2017	29
15	Renovação do Alvará de Construção	31 dias úteis	30 min	20-dez-2017	3
16	Renovação do Alvará de Funcionamento Fácil	120 dias úteis	30 min	29-dez-2017	2.090
17	Renovação da Licença Sanitária	30 dias úteis	30 min	29-dez-2017	3.635
18	Regularização da LAS Atividades	30 dias úteis	30 min	29-dez-2017	120
19	Renovação do Al. de Funcionamento Regular	120 dias úteis	30 min	28-fev-2018	2.282
20	Isenção da Licença Sanitária	Não existia	Imediata	16-mai-2018	8.049
21	Regularização da LAS Construção	30 dias úteis	30 min	16-mai-2018	0
22	Certidão de Viabilidade LIUA	30 dias úteis	Imediata	16-mai-2018	641
23	Regularização de LIUA	30 dias úteis	30 min	30-jun-2018	22
24	Simulador de Taxas Al. Funcionamento e Lic. Sanitária	-	Imediata	31-jul-2018	-
25	Alteração do Alvará de Funcionamento Fácil	120 dias úteis	30 min	08-ago-2018	1.196
26	Alteração do Alvará de Funcionamento Regular	120 dias úteis	30 min	08-ago-2018	1.890
27	Compartilhamento de LIUA	30 dias úteis	30 min	24-set-2018	-
28	Regularização do Compartilhamento de LIUA	30 dias úteis	30 min	24-set-2018	-
29	Termo de conclusão de obra da LIUA	-	30 min	24-set-2018	2
30	Certidão de Endereço e Número	30 dias úteis	Imediata	23-jan-2019	33
31	Certidão de Confinantes	30 dias úteis	Imediata	23-jan-2019	181
32	Certidão de Limite Municipal e Bairro	30 dias úteis	Imediata	23-jan-2019	13
33	Certidão de Logradouro	30 dias úteis	Imediata	23-jan-2019	126
34	Certidão Integrada de Informações Cadastrais (Limite Municipal e Bairro; Endereço e Número; Logradouro e Confinantes)	30 dias úteis	Imediata	23-jan-2019	33

De acordo com a palestrante, existe uma célula de monitoramento – na hora que o alvará é feito, existem critérios que são selecionados pelo sistema que encaminha para um sistema a parte onde acontece o monitoramento que analisa a documentação e se tiver algum problema, envia para a fiscalização, que é feita pela amostra.

“O propósito do Fortaleza Online é gerar oportunidades para todos. Oportunidade de negócios e oportunidade de vida”, comentou a palestrante.

RESULTADOS

Segundo ela, em 2019, 78% dos alvarás de funcionamento, 90% dos licenciamentos e 86% dos alvarás de construção foram obtidos on line. Destacou ainda que 60% dos alvarás de construção foram emitidos para residências unifamiliares e 53% deles vieram de regiões administrativas que possuem DH baixo. “Isso quer dizer que tudo que era informal passou a ser formal, porque o procedimento se tornou fácil”, ressaltou.

Antes do Fortaleza on line, eram realizadas 80 consultas por semestre. Agora é possível realizar 265 consultas/dia. “São 265 negócios prospectados por dia”, comemorou.

Águeda alertou, entretanto, que “a melhor técnica não resolve. Um novo conceito de licenciamento é preciso”.

Além do sistema, segundo a palestrante, precisa ter:

- Bom atendimento;
- Simplificação e otimização dos processos;
- legislação fácil.

RETROFIT

Águeda informou que o retrofit também será regulamentado em Fortaleza e será possível fazer um retrofit do produto, melhorando a qualidade de um bairro, com renovação e reestruturação. Uma novidade para o código de obras de Fortaleza.

Para a palestrante, uma Cidade Inteligente é a cidade que atende ao cliente, ao contribuinte, ao principal personagem que é o cidadão.

A palestrante encerrou sua apresentação afirmando que “as leis devem servir para melhorar a vida das pessoas, alertando para seus deveres. Jamais retringindo seus direitos.”

DEBATES

O objetivo do Seminário foi promover a troca de experiências de sucesso em relação à otimização de processos, visando reduzir a burocracia que existe em todo o País. O público presente, representantes de várias cidades do Brasil, demonstrou muita satisfação com a explanação dos palestrantes, com boa participação nos debates que aconteceram ao final de cada painel. Muitas dúvidas e citações de cases vividos pelos participantes foram compartilhados entre os presentes. A quantidade de pessoas interessadas no evento demonstrou o grau de importância do assunto Licenciamento.





II Encontro
Nacional de
Licenciados em
Ciências da
Computação

FRENTE
NACIONAL
DE PREFEITOS



Publicações
CBIC

PUBLICAÇÕES CBIC

Acesse o site da CBIC (www.cbic.org.br/publicacoes) e baixe os livros gratuitamente.
Disponíveis em português, inglês e espanhol.

POLÍTICAS TRABALHISTAS



Segurança e Saúde na Indústria da Construção - Prevenção e Inovação
Ano: 2019



Guia Contrate Certo – 3ª Edição
Ano: 2018



Manual de Segurança e Saúde no Trabalho para Instalação Elétrica Temporárias na Indústria da Construção
Ano: 2018



Encargos Previdenciários e Trabalhistas no Setor da Construção Civil
Ano: 2018



Cartilha Edificar o Trabalho
Ano: 2017



Guia Prático para Cálculo de Linha de Vida e Restrição para a Indústria da Construção
Ano: 2017



Manual Básico de Indicadores de Produtividade na Construção Civil – Relatório Completo
Ano: 2017



Manual Básico de Indicadores de Produtividade na Construção Civil
Ano: 2017



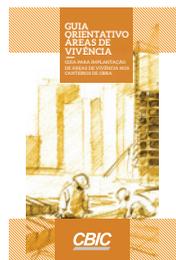
Guia para gestão segurança nos canteiros de obras
Ano: 2017



Guia Orientativo de Incentivo à Formalidade
Ano: 2016



Guia Orientativo de Segurança
Ano: 2015



Guia Orientativo Áreas de Vivência
Ano: 2015



Guia Contrate Certo
Ano: 2014

INFRAESTRUTURA



Distribuição de Riscos nas Concessões Rodoviárias
Ano: 2018



Impacto Econômico e Social da Paralisação das Obras Públicas
Ano: 2018



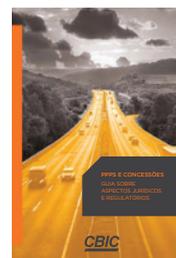
Excelência em Gestão na Construção
Ano: 2017



Concessões e Parcerias Público-Privadas
Ano: 2017



Propostas para Ampliar a Aplicação em Estados e Municípios (Disponível também em inglês e espanhol)
Ano: 2016



Guia sobre Aspectos Jurídicos e Regulatórios (Disponível também em inglês e espanhol)
Ano: 2016



Propostas para Ampliar a Participação de Empresas (2ª Edição)
Ano: 2016



Guia para Organização de Empresas em Consórcios (Disponível também em inglês e espanhol)
Ano: 2016



Ciclo de Eventos Regionais Concessões e PPPs - Volume 2 (Disponível também em inglês e espanhol)
Ano: 2016



Ciclo de Eventos Regionais Concessões e PPPs - Volume 1 (Disponível também em inglês e espanhol)
Ano: 2016



Um Debate Sobre Financiamento de Longo Prazo para Infraestrutura
Ano: 2016



PAC - Avaliação do Potencial de Impacto Econômico
Ano: 2016



PAC - Radiografia dos Resultados 2007 a 2015
Ano: 2016



Encontro Internacional de Infraestrutura e PPPs (Disponível também em inglês e espanhol)
Ano: 2015



Investimento em Infraestrutura e Recuperação da Economia (Disponível também em inglês e espanhol)
Ano: 2015



Proposta para Ampliar a Participação de Empresas 1ª Edição (Disponível também em inglês e espanhol)
Ano: 2015



Cartilha CBIC - TCU
Ano: 2014

SUSTENTABILIDADE



O Futuro da Minha Cidade - Manual 2ª edição
Ano: 2018



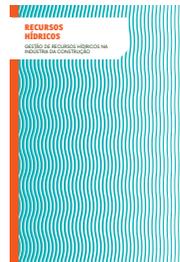
Energia na Construção
Ano: 2017



Gestão de Recursos Hídricos na Indústria da Construção (Disponível também em inglês)
Ano: 2017



Energias Renováveis (Disponível também em espanhol)
Ano: 2016



Recursos Hídricos (Disponível também em inglês e espanhol)
Ano: 2016



Mapeamento de Incentivos Econômicos para construção Sustentável (Disponível também em espanhol)
Ano: 2015



Guia de Compra Responsável na Construção (Disponível também em espanhol)
Ano: 2015



O Futuro da Minha Cidade
Ano: 2015



Guia de Orientação para Licenciamento Ambiental (Disponível também em espanhol)
Ano: 2015



Desenvolvimento com Sustentabilidade
Ano: 2014



Desafio de Pensar o Futuro das Cidades
Ano: 2014

INDÚSTRIA IMOBILIÁRIA



Letras Imobiliárias Garantidas e o Crédito Habitacional
Ano: 2017



Indicadores Mobiliários Nacionais
Ano: 2017



Cartilha - Por Uma Nova Cultura Urbana
Ano: 2017



Caderno - Por Uma Nova Cultura Urbana
Ano: 2017



Perenidade dos Programas Habitacionais
Ano: 2016



Eficiência na Construção - Brasil mais Eficiente, País mais Justo
Ano: 2015



O Custo da Burocracia no Imóvel
Ano: 2015



I Encontro Nacional sobre Licenciamentos na Construção
Ano: 2015



Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat
Ano: 2019



Habitação 10 anos no Futuro - Relatório Final
Ano: 2018



Habitação 10 anos no Futuro - Sinais
Ano: 2018



RoadShow BIM
Ano: 2018



Catálogo de Normas Técnicas Edificações
Ano: 2017



Guia Esquadrías para Edificações
Ano: 2017



Coletânea - BIM
Ano: 2016



Cartilha do BIM
Ano: 2016



Norma de desempenho: Panorama Atual e Desafios Futuros
Ano: 2016



Catálogo de Inovação na Construção Civil
Ano: 2016



Boas Práticas Para Entrega Do Empreendimento – Desde a Sua Concepção
Ano: 2016



Análise dos Critérios de Atendimento à Norma de Desempenho ABNT NBR 15.575
Ano: 2016



Guia de Elaboração de Manuais
Ano: 2014



Dúvidas Sobre a Norma de Desempenho – Especialistas Respondem
Ano: 2014



2º Caderno de Caso de Inovação na Construção Civil
Ano: 2014



Estratégias para a formulação de Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a indústria da Construção Civil
Ano: 2013



Guia da Norma de Desempenho
Ano: 2013



Tributação Industrialização e Inovação Tecnológica na Construção Civil
Ano: 2013



1º Caderno de Casos de Inovação na Construção Civil
Ano: 2011



Comunicação de Engajamento - Pacto Global
Ano: 2019



Boas Práticas na Construção X ODS
Ano: 2019



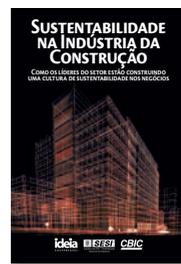
Ética & Compliance na Construção Civil: Fortalecimento do Controle Interno e Melhoria dos Marcos Regulatórios & Práticas (Disponível também em inglês e espanhol)
Ano: 2016



Ética e Compliance - Volume I (Disponível também em inglês e espanhol)
Ano: 2016



Ética e Compliance - Volume II (Disponível também em inglês e espanhol)
Ano: 2016



Sustentabilidade na Indústria da Construção
Ano: 2016



Ética & Compliance
Ano: 2015



Avaliação de Impactos do Dia Nacional da Construção Social: Valorizando e Transformando o Trabalhador do Setor da Construção
Ano: 2015



Trabalhadores da Construção
Ano: 2015



Mulheres na Construção
Ano: 2015



Passo a passo da Tecnologia Social do Dia Nacional da Construção Social
Ano: 2014



Guia CBIC de Boas Práticas em Sustentabilidade na Indústria da Construção
Ano: 2014



Flores do Canteiro
Ano: 2014



Relatório Técnico 90º ENIC



Relatório Técnico 89º ENIC



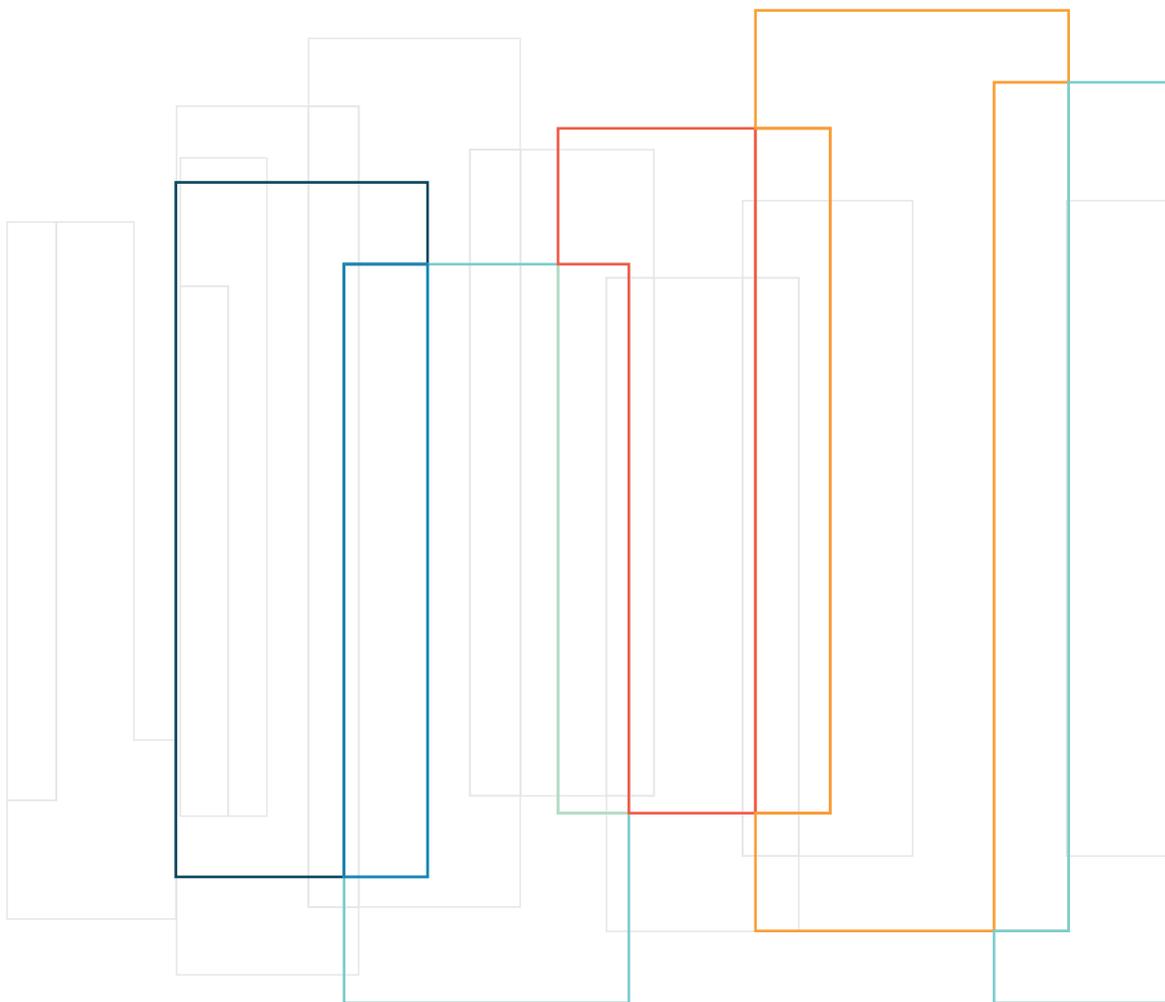
Relatório Técnico 88º ENIC



Relatório Técnico 87º ENIC



Relatório de Atividades - Julho 2014 a Julho 2017



II Encontro Nacional sobre Licenciamentos na Construção

apoio

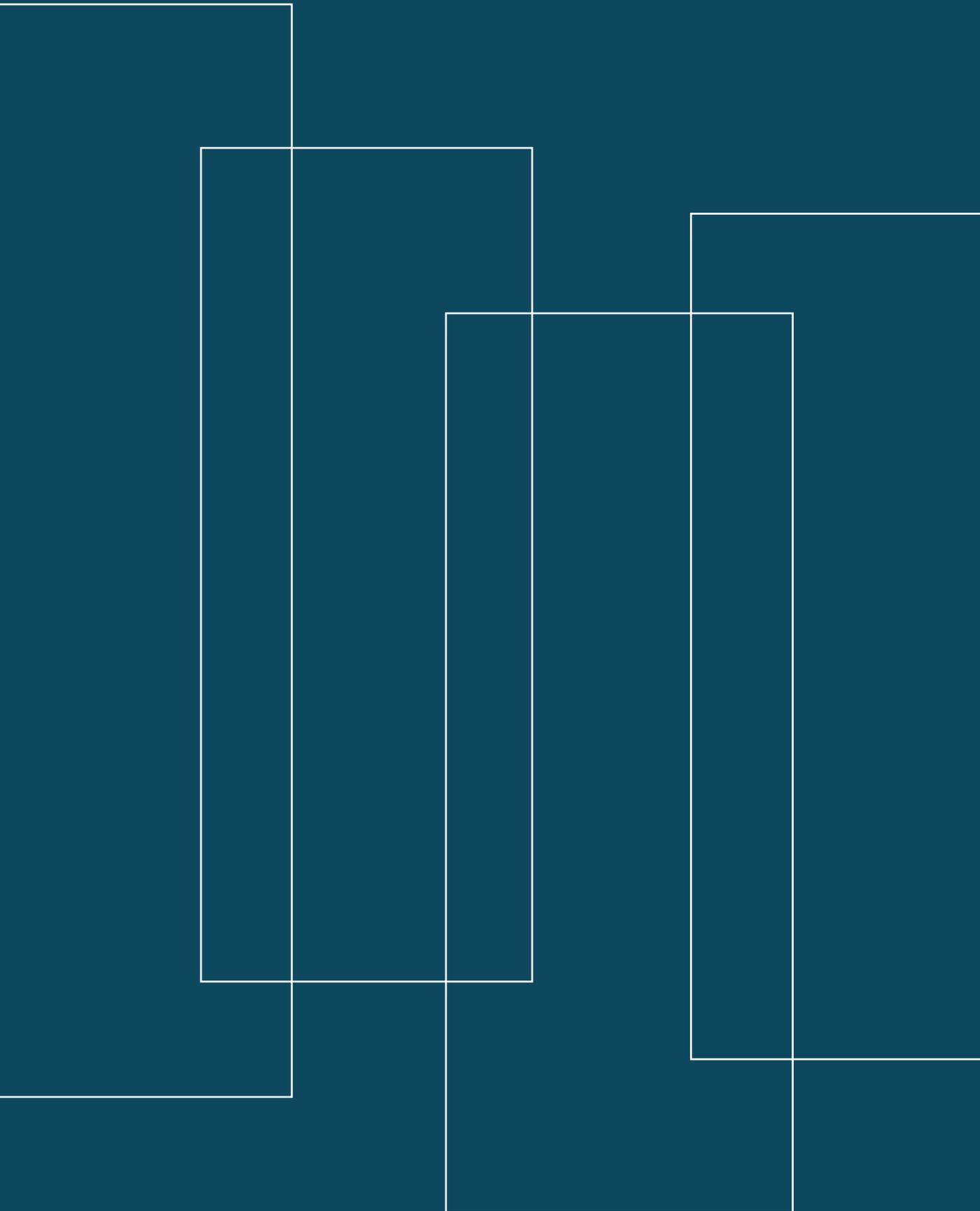


correalização



realização





apoio



correalização



realização

